



Autor
Walber de Moura Agra

PODER ECONÔMICO E CAIXA DOIS NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Área específica
DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO – DIREITO ECONÔMICO.

Não é o escopo destas linhas propor soluções voluntaristas, apenas plantear que panaceias jurídicas não resolvem o grave problema do financiamento de campanha, haja vista que o dinheiro necessário provirá de outras fontes. Outrossim, enquanto o financiamento eleitoral for um instrumento para a obtenção de lucro, seguindo alguns parâmetros mercadológicos, sua incidência será pululante nos pleitos eleitorais.

De melhor alvitre se configura a imposição de incentivos para a sua não utilização, com o estabelecimento de limites claros à contribuição de pessoas jurídicas; maior transparência dos gastos públicos; fixação de *standards* precisos à sanção das espécies de abuso de poder; mitigação do número de hipossuficientes da sociedade e a densificação de nossa democracia no aspecto substancial.

Público-alvo/consumidores
PROFISSIONAIS, ESTUDANTES E TODOS AQUELES INTERESSADOS NA MATÉRIA. ELA TAMBÉM DESPERTA O INTERESSE DOS ESTUDIOSOS EM CIÊNCIA POLÍTICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001586

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

A277p Agra, Walber de Moura
Poder econômico e caixa dois no sistema eleitoral brasileiro / Walber de Moura
Agra. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.
266p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0655-8

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Público. 3. Direito econômico. I. Título.

CDD: 341.28

CDU: 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Poder econômico e caixa dois no sistema eleitoral brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 266p. ISBN 978-85-450-0655-8.

Walber de Moura Agra é Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor pela UFPE/*Università Degli Studio Di Firenze*. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux IV*. Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da UFPE. *Visiting Research Scholar of Cardozo Law School*. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais (IBEC). Membro Correspondente do *Centre d'Études et de Recherches sur les Droit Africains et sur Le Développement Institutionnel des Pays en Développement* (Cerdradi). Professor Visitante e Membro do Conselho Científico do Doutorado da *Università degli Studio di Lecce*. Procurador do Estado de Pernambuco. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Advogado.

CAPÍTULO 1	
OS DESVIOS DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA.....	9
1.1 Direito e economia.....	9
1.2 Direito econômico e deambulações em torno de sua origem	13
1.3 Constituição econômica	21
1.4 Ordem econômica	28
1.5 Conceito de política econômica	35
1.6 Política econômica e seu reflexo na constituição econômica.....	39
1.7 A captura do poder político pelo poder econômico.....	45
1.8 O desvio da constituição econômica pela interferência dos financiadores eleitorais	51
1.9 O desvio da constituição econômica pela interferência do presidencialismo de coalizão e dos <i>lobbies</i> e grupos de pressão.	54
1.10 O desvio da constituição econômica pela corrupção administrativa	63
CAPÍTULO 2	
DIREITO ECONÔMICO E SUA MANIFESTAÇÃO NO FINANCIAMENTO ELEITORAL	73
2.1 O alto custo das campanhas eleitorais no Brasil	73
2.2 Diferenças teleológicas: comportamento dos eleitores e comportamento das pessoas jurídicas.....	83
2.3 O financiamento eleitoral como processo racional.....	87
2.4 Princípios mercadológicos e sua atuação no direito eleitoral	93
CAPÍTULO 3	
PERFIL DO FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS	109
3.1 Financiamento político.....	109
3.2 Financiamento eleitoral.....	115
3.2.1 Histórico do financiamento eleitoral no Brasil até 2015.....	121
3.3 Financiamento público.....	125
3.3.1 Posicionamentos contrários ao financiamento público.....	134
3.4 Financiamento privado	139
3.4.1 Posicionamentos contrários ao financiamento privado	150
3.5 Financiamento de pessoas jurídicas.....	152
3.6 <i>Big Donors</i>	159
3.7 Vedação ao financiamento eleitoral por contribuição de pessoas jurídicas	165
3.8 Financiamento eleitoral no Brasil depois da decisão da proibição por contribuição de pessoas jurídicas	172
3.9 Limitações na sistemática da prestação de contas	178
CAPÍTULO 4	
FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E FINANCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS.....	189
4.1 Da impossibilidade de impedir-se a interferência do poder econômico no processo eleitoral.....	189
4.2 A compra de votos e sua relação com a ineficácia da constituição econômica	197
4.3 Canalização de recursos para o caixa dois.....	204

4.4	Criminalização da política.....	211
4.5	Força normativa da constituição econômica e racionalização do financiamento privado no Brasil.....	220
	CONCLUSÃO	229
	REFERÊNCIAS.....	233